



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



CAMPUS DO SERTÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**SINDICATO, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO: A EXPERIENCIA DOS
TRABALHADORES RURAIS EM PARICONHA DURANTE A DITADURA-
CIVIL MILITAR (NO ALTO SERTÃO ALAGOANO)**

JEANE DE SÁ SILVA

DELMIRO GOUVEIA

JEANE DE SÁ SILVA

**SINDICATO, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO: A EXPERIENCIA DOS
TRABALHADORES RURAIS DE PARICONHA DURANTE A DITADURA
CIVIL MILITAR (NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS)**

Trabalho de conclusão de curso, sob a forma de Artigo Científico, apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr Eltern Campina Valle

Delmiro Gouveia

Abril, 2019

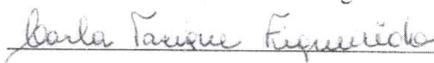
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DA DEFESA PÚBLICA DO TCC DE JEANE DE SÁ SILVA REALIZADA NO DIA 23 DE
ABRIL DE 2019

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, na cidade de Delmiro Gouveia, foi instalada a sessão pública para julgamento do Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pela acadêmica do Curso de História, **Jeane de Sá Silva** matriculada sob número 11112252, intitulado: “SINDICATO, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS EM PARICONHA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (ALAGOAS, 1964-1969)”. Após a abertura da sessão, o Professor Dr. Eltern Campina Vale, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, a Professora Dra. Carla Taciane Figueiredo (UFAL) e o Professor Dr. Marcos Ricardo de Lima (UFAL). Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do aluno e, em seguida, os comentários da banca. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o trabalho com (...). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem é de direito. Campus Sertão\UFAL, Delmiro Gouveia\AL, 23 de abril de 2019.



Prof. Dr. Eltern Campina Vale (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas



Profª. Drª. Carla Taciane Figueiredo
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima
Universidade Federal de Alagoas

Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849
Cidade Universitária/Campus do Sertão
57480000 - Delmiro Gouveia, AL - Brasil

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus e meu esposo, Alexandre Gomes da Silva, que nos momentos difíceis me aconselhava para que eu não desistisse do curso e me incentivava todo momento foi minha ajuda fundamental para seguir nesta caminhada acadêmica; aos meus filhos Arthur Gabriel de Sá Silva e Flávia Alessandra de Sá Silva, minha base de apoio emocional. Também a minha mãe Maria de Lourdes de Sa Silva, meu pai Antônio de Sena da Silva, meus irmãos, meu cunhado Oswaldo Gomes da Silva, minha comadre Edna Almeida amigos, que me apoiaram e me incentivaram a nunca desistir do curso de Licenciatura em História.

Aos professores, Gustavo Gomes, Elten Campina Valle, Flávio de Moraes, Aruã Silva de Lima, Marcos Ricardo, Sheyla Farias, e a todos os outros docentes, que de formas muito distintas, contribuíram com a minha formação acadêmica.

Aos pastores da Igreja aonde eu congrego, Eugenio de Jesus e Maria Carolina e a todos de um modo especial.

Aos entrevistados José Correia, Arlindo Perigoso, Josué Correia, Nozinho zidero e Cabo Cicero que contribuíram muito com suas entrevistas.

Por fim, a meu orientador Elten Campina Vale, assim como pelo apoio em paciência na minha orientação etapa minha graduação.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| A FORMAÇÃO DO SINDICATO E A COOPERATIVA AGRICOLA EM PARICONHA 1960-1967..... | 21 |
| FAMILIA TORRES | 25 |
| CONSIDERAÇÃO FINAIS..... | 29 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA | 32 |

SINDICATO, ASSOCIATIVISMO E TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS EM PARICONHA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (ALTO SERTÃO ALAGOANO, 1960-1967) ¹

Orientador: Prof. Dr. Eltern Campina Vale

INTRODUÇÃO

O contexto pré - golpe de 1964 foi marcado pelo incremento organizativo de lutas por direitos de trabalhadores urbanos e rurais. O ambiente formado pelas ligas camponesas e em Pernambuco e Paraíba de todo modo reverberou em todo nordeste. Até 1964 a região em torno da cidade de Água Branca, a incluir Pariconha estavam vivenciando ações, tanto de militantes de esquerda, bem como do movimento de educação de base. Os trabalhadores rurais estavam nesse período cientes do que ocorriam no período macrorregional.

A esse tempo em 30 de novembro de 64 foi elaborado o estatuto da terra, uma lei de número: 4504, que visavam sobretudo desarticular a agenda organizativa posta no pré - golpe de 64. A esse período de 1967 a 1969 o ministério da agricultura passou por 8 gestões entre os governos de ditadores (Humberto Castelo Branco a Costa Silva). Em Alagoas, o governo estadual de Luiz Cavalcante, do partido da UDN (31-01-1966 a 17-09-66). João José Batista Tubino, do partido ARENA (31-01-1964 a 31-01-66), nomeado

interventor federal. Antônio Simeão de Lamenha Filho (ARENA), (15-08-66 a 15-03-71), governado nomeador da câmara legislativa)

A exploração da mão de obra, a perda de terras e o contexto político da época (ditadura militar, em 1964) foram os principais fatores para que os trabalhadores rurais, aliados a outros setores da sociedade civil se unissem e criassem o sindicato e a cooperativa numa clara demonstração de insatisfação com a conjuntura daquele momento (1967-1969).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pariconha foi criado na década de 60, não sendo possível afirmar a data correta por que, segundo Josué Correia, que foi um dos fundadores do sindicato e também presidente da referida instituição, além de ter sido uma das principais lideranças do PCdoB, disse que os documentos foram destruídos pela repressão a época da ditadura militar. Seu objetivo era buscar melhorias para o trabalhador rural através de assistência médica, jurídica, crédito rural, mas principalmente se posicionando contra os governos locais (coronelismo e contexto da ditadura militar). A Cooperativa Agropecuária de Pariconha Limitada foi criada no dia 13 de maio de 1966 juntamente com o Sindicato para poder garantir a produção alimentar das famílias, no

¹ Trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão-Delmiro Gouveia (AL).

sentido de orientar o próprio trabalhador rural a comercializar sua produção, e também vendendo a preços abaixo dos comerciantes locais, especialmente a família Torres, que detinha o monopólio comercial da região, além do que, controlava a política da região. O presidente de ambos, era José Correia, principal liderança do movimento guerrilheiro na cidade de Pariconha, ex-prefeito Interino da cidade e principal articulador do movimento pró emancipação da cidade. Além do que, exerceu diversos cargos políticos na referida cidade, e hoje se encontra enfermo e aposentado.

‘’. Em 64, a gente viu que o sindicato não fazia nada. Os Torres continuavam comercializando os nossos produtos. Eles eram os principais atravessadores dos nossos produtos e compravam como eles queriam. O preço era deles, e a gente vendo que isso não era certo, começamos a botar na cabeça do povo que a gente precisava criar uma Cooperativa para comercializar os nossos produtos. Ai, foi quando chegamos mais perto de Recife. Do pessoal da AP.²

Através deste depoimento podemos entender porque foi necessário criar uma Cooperativa, independente do Sindicato, na qual era necessário se criar uma forma de contestação ao coronelismo da região. Na década de 60 foi criado uma casa de farinha, sendo um dos presidentes o próprio Cabo Cicero, antigo cabo da polícia militar de Alagoas no ano de 1964, e que inclusive ajudou a prender os guerrilheiros da cidade Pariconha. Foi comprado todo o maquinário em Recife, através do governo federal, sendo financiado pelo Banco do Brasil, de Recife (PE), na qual se instalaram num galpão com todo maquinário. Seu objetivo era produzir farinha em grande escala e vender a grandes centros comerciais, como Pernambuco, Bahia e Sergipe. Além do que, também vinham pessoas de fora para ajudar na fabricação da farinha, que também era usada na forma de subsistência³. Já em outro relato, Josué Correia cita que a casa de farinha foi adquirida através da Cooperativa e que toda sua produção era feita através de crédito rural, não só para aquisição de alimentos, como também animais e dinheiro para utilizar da melhor forma⁴. Essa aquisição de alimentos era feita por meio de crédito rural, na qual a Cooperativa fazia essa intermediação de forma imprescindível.

² SILVA, Cicero da. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva, em 26 de março de 2001. Arquivo particular do autor.

³ CABO CICERO, entrevista citada

⁴ CORREIA, Josué, entrevista citada

NOTA DE CRÉDITO RURAL

Nº 66/43

Vencimento em 14 de fevereiro de 1967

Cr\$ 100.000

A. ~~autor~~ de ~~fevereiro~~ de 1967, pagar ~~ed~~ por esta nota de crédito rural à COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PARICONHA LIMITADA, ou à sua ordem, a quantia de ~~cem mil cruzeiros~~

~~em moeda corrente,~~
valor recebido para financiamento de ~~custos de 10 (dez) tarefas de fiação~~
a serem tomadas no Sítio Figueirado, situado no Distrito de Pariconha, Município de Agua Branca, Estado de Alagoas, relativas ao período agrícola de abril a dezembro de 1966.....50.000

Aquisição de animais:

1 (um) porco para engorda no valor de.....25.000

1 (um) cabra de leite no valor de.....25.000

Total.....100.000

e que será utilizado do seguinte modo: aquisição de animais, taxa (última conservação do solo), e colheita.

Os juros são devidos à taxa de 1% (um por cento) ao ano e pagáveis em

30 de junho de 1967, no vencimento e na liquidação desta cédula, taxa de 1% (um por cento) em caso de mora.

sendo de 1% (um por cento) a comissão de fiscalização, exigível em nesta data.

Pagamento será efetuado na praça de Pariconha - Município de Agua Branca
Estado de Alagoas.

Pariconha, 19 de junho de 1966

José Ferreira Ramos

Enderço: Sítio Figueirado - Pariconha

Por aval do emitente:

Luiz Carlos da Costa

Enderço: Pariconha

Na imagem acima é possível perceber que crédito rural era necessário para que a Cooperativa conseguisse auxiliar seus associados na aquisição de insumos agrícolas como é possível ver neste documento. O crédito rural é um financiamento destinado aos produtores rurais através da Cooperativa ou associação de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização dos produtos agrícolas. No depoimento de Cabo Cicero, ele ressalta que a Cooperativa foi criada para esconder o seu verdadeiro objetivo, que era criar um movimento dentro da cidade de Pariconha o movimento guerrilheiro. Tanto A Cooperativa, quanto o sindicato tinha em seus quadros, membros da AP, da Igreja católica (JAC), Juventude Agrícola Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica) do partido do PCdoB e demais simpatizantes a causa.

Também foi criada uma Associação dos Agricultores de Pariconha na década de 60 para discutir assuntos referentes a interesse dos próprios agricultores, e que através de reuniões poderiam se organizar e reivindicar melhorias para a classe trabalhadora. Mas aos poucos, a Associação deu lugar a criação de um Clube Social, na qual se modificaram suas formas de luta reivindicatória.

Também foi criada na década de 60 uma casa das mães de Pariconha, que iria ensinar as mães a bordar e costurar, fazendo com que as agricultoras da região tivessem uma fonte de renda através das suas atividades.

A ditadura se fez necessária, segundo as palavras do Cabo Cicero, para que o país não caminhasse para um retrocesso, e que os comunistas não tomassem o poder, através do presidente João Goulart. Por isso o golpe foi necessário para que a segurança fosse reestabelecida e o governo tivesse o respaldo necessário para prender todos aqueles que ameaçassem a soberania nacional, entre eles os sindicalistas, que eram considerados perigosos, e na qual, através dos atos institucionais, pudessem prender todos os envolvidos⁵.

Quando os sindicalistas foram presos, entre eles José Correia, Josué Correia, Aldo Arantes e suas esposas, ficaram presos por mais de 7 meses, sofrendo diversas torturas físicas e psicológicas. A mídia, inclusive repercutiu esse episódio, destacando as prisões e a maneira como elas ocorreram: ‘‘O conselho permanente de justiça do exército

⁵ CABO CICERO, entrevista citada

condenou alguns sindicalistas. Na denúncia foram acusados de distribuir materiais de panfletagem em apologia do sindicato’’⁶.

‘‘José Correia, Josué Correia, principais lideranças do movimento sindicalista tinham como objetivo provocar a animosidade entre os camponeses e grandes proprietários de terras, por isso eram apontados como mentores e responsáveis pela confecção de material subversivo’’⁷

A justiça militar prorrogou a custódia dos agitadores de pariconha sob a seguinte alegação:

Foi prorrogado por mais 30 dias a prisão de Josué, José Correia, Roberto Ferreira, Juarez e suas respectivas esposas, além de José Novaes, pelo procurador Francisco de Paula Acioly por que exerciam grande atuação no meio rural em pariconha, na qual faziam parte do sindicato e cooperativa agrícola de Pariconha, com forte influência entre seus associados’’⁸

Uma outra notícia veiculada na mídia era com relação a adequação da Cooperativa na aquisição de crédito rural, se adequando as normas exigidas através do ‘‘Banco nacional de crédito cooperativo. A SUDENE (Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste), inclusive realizou diversas visitas no Nordeste (BA, SE e AL) chegando até a cidade de Pariconha, na qual se prontificou abrir a linha de crédito através da Cooperativa’’⁹

Segundo o Cabo Cicero, quando o governador de Alagoas, Lamenha Filho, governador do estado de Alagoas no ano de 1966(ARENA) veio para Pariconha, a repressão já sabia que neste local havia um foco de guerrilha instalado na cidade. Então ao discutir com um dos guerrilheiros, no caso, Aldo Arantes, ele confirmou suas dúvidas, então 15 dias depois, diante disso, e através dos atos institucionais, prenderam todos os envolvidos, na qual foram levados para o DOPSE de Maceió (AL).

⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08-08-1968

⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20-06-1969

⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27-05-1969

⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08-08-1968

Data: _____ / 19 _____

ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL
SECRETARIA DO INTERIO E SEGURANCA PUBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA, SOCIAL E ECONOMICA
FICHA PESSOAL



Nome: JOSÉ CORREIA DA SOUZA

Data do nascimento: 26 de nov. de 1941 Local: Pariconha-Agua Branca-AL.

Estado civil: Solteiro Com: _____

Filiação: João Correia Sobrinho e de Maria Correia de Souza

Residência atual: Pariconha - Agua Branca - AL.

Residência anterior: _____

Profissão: Agricultor Local do trabalho: Pariconha

Sindicato a que pertence: S.T.R.A.P.P. Agua Branca

Título eleitoral: _____ Cart. identidade: 135.857-AL.

Data da entrada no P. C. B.: _____

Célula a que pertence: _____

Nacionalidade: brasileiro Naturalidade: alagoano



OBSERVAÇÕES

Em 1969, em inquérito instaurado pela Delegacia de Segurança Pública, no Município de Pariconha, Estado de Alagoas, foi envolvido como participante daquelas atividades, juntamente com outras pessoas, sendo tomada a sua identidade no dia 17 de maio de 1969, em sua cidade, na qual procurou negar as atividades a que se refere, embora a prova testemunhal comprovasse a sua participação. Não obstante, foi o inquérito absolvido pela Auditoria da 7ª Região Militar, em 19 de junho de 1969, sentença que foi confirmada pelo Supremo Tribunal Militar em 18 de outubro do mesmo ano.

- Continua -

DECLARO QUE ESTA
CÓPIA CONFERE COM
O ORIGINAL.

20 / 09 / 07

Marcia L. Souza
Assinatura

Marcia L. Souza
Coord. da Seção de Emprestimo
BCUFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
BIBLIOTECA
CENTRAL

IMAGEM 2: FICHA DO DOPSE DE JOSÉ CORREIA , QUANDO SE DEU SUA PRISÃO



IMAGEM 3: REGISTRO DA CRIAÇÃO DA COOPERATIVA AGRICOLA DE PARICONHA

Houve um episódio narrado por José Correia em que ele conta como se deu a aproximação da AP com os trabalhadores rurais de Pariconha:

‘’. No ano de 1964, nossa região estava passando por uma grave situação de seca e fome, por isso não havia sementes para plantar, sabendo eu que na igreja de Par Iconha havia um grande estoque de semente, pedi ao padre Monsenhor Sebastião par dar ao povo, na qual me foi negado, por isso combinei com algumas pessoas que no domingo, depois da missa eu iria distribuir sementes para o povo. No final, deu tudo certo, as pessoas assinaram um documento na qual se comprometiam a devolver o que pegaram para repor o estoque. O padre não gostou, mas esse episódio ganhou grande repercussão, inclusive chegando ao conhecimento dos membros da AP de Recife e também do arcebispo, Dom Helder Câmara’’.

A AP, segundo Jean Rodrigues Salles era uma organização política, independente da igreja, criada para se posicionar e lutar contra a atual conjuntura política daquele momento (1963). Segundo Jean Rodrigues Salles, a Ação Popular foi criada numa série de três reuniões em Minas Gerais e defendiam um regime socialista através da revolução brasileira. Inicialmente ela se chamou Grupo de Ação Popular (GAP) e posteriormente passou a se chamar Ação Popular (AP)¹⁰. Sua chegada a Pariconha se deu pela necessidade de se implantar uma revolução através da mobilização popular, além de encontrar formas de organização sindical, na qual pautava seu estatuto, então foram trabalhar clandestinamente, fugindo da repressão.

Antes do golpe militar, os trabalhadores rurais, que há muito tempo sofriam com os desmandos dos coronéis locais tinham a esperança de que a reforma agrária iria ser realmente resolvida, pois João Goulart, presidente do Brasil (1961-1963) havia prometido em suas reformas de base resolver a questão da reforma agrária. Mas com a deposição do mesmo e com o golpe militar consolidado, a reforma agrária foi esquecida, fazendo com que a luta dos trabalhadores cada vez mais se fortalecesse através das articulações entre Igreja, sindicato, AP, entre outros.

É importante ressaltar que a reforma agrária é um tema há muito tempo discutido e de difícil solução por contrariar interesses de grandes proprietários de terras, além do que, possui raízes numa estrutura fundiária e colonialista na qual o Brasil acaba favorecendo

¹⁰ SALLES, Jean Rodrigues,

os grandes latifundiários, e não favorecendo a classe trabalhadora que necessita de um pedaço de terra para ganhar seu sustento, mas que na maioria das vezes implica numa situação de exploração na qual o proprietário de terra explora o trabalhador, pagando pouco pelo seu trabalho e não cedendo nem um pedaço de terra para o mesmo.

É importante analisarmos o papel da resistência indígena através da sua história de luta, que vem desde anos 50, através da etnia Geripankó, na qual estes foram expulsos de suas terras, no Brejo dos Padres (PE) por um coronel conhecido como Cavalcante, do partido Liberal, e que maltratava e humilhava os índios. Para fugir dessa situação os índios tiveram que se instalar na Serra do Ouricuri, aonde passaram a morar. Neste local quando as terras começaram a render frutos, despertou a cobiça de um Major chamado Marques que queria que os índios deixassem que seu gado comesse seu roçado. Mas dessa vez o cacique Zé Carapina, confrontou o major e pediu auxílio para o Barão de Agua Branca para que resolvesse o impasse. Dessa vez havia uma forma de resistência e luta para que sua etnia não deixasse de existir, além de não permitir que o coronel explorasse sua mão de obra e tomasse suas terras:

“foi encontrar o Barão de Agua Branca. Chegou lá, o Barão disse: Ah não pode fazer isso, isso é crime mesmo! O que você pode fazer é entrar em negociação. Mesmo assim, ele chamou ele lá... Ai ele conseguiu seis matriz de um produtor...Zé você cria lá

Terminou a colheita, ele jogou a criação dentro, Ai, tá produzindo. Quando foi com três anos, o Major procurou...

Quando chegou, viu a produção. Já tinha bastante criação...Ai dividiram a produção.

Segunda feira você leva toda a produção para a Agua Branca. Mesmo assim meu avo fez: segunda feira ele chegou, juntou a boiada e levou para Agua Branca, chegou, juntou e botou dentro do curral.

Ai o Barão chamou um comprador... Ai ele ele vendeu por dez tostões. Vendeu tudinho, apurou uns 800 réis.

Ai você compra a propriedade, e mandou chamar o major Marques...E le foi lá. Va lá e limite a área para você vender ao Zé Carapina..”¹¹

¹¹ Miranda apud leite

Também analisamos a situação dos trabalhadores rurais, que lutavam contra a exploração da mão de obra por parte de famílias tradicionais da região, como por exemplo os Torres, os Disidérios e a família dos pequenos. (Famílias que controlava o monopólio comercial e a política local). Inclusive os Disidérios, no ano de 1964 eram os maiores comerciantes da região, comprando e vendendo grandes quantidades de grãos para diversos compradores, e em especial, caminhões de Pernambuco e Bahia. Também vendiam num depósito comercial em frente a atual Igreja de Pariconha. Dentro desta conjuntura, é possível perceber que a luta desses trabalhadores rurais era imprescindível para a libertação do mesmo, e somente com o apoio popular, e principalmente conscientizar as pessoas da real situação.



IMAGEM 4: ANTIGO DEPOSITO PARA ARMAZENAR FARINHA



IMAGEM 5: ANTIGA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES



IMAGEM 6: CLUBE DE MÃES DE PARICONHA, NOS DIAS ATUAIS



IMAGEM 4: CASA DE FARINHA DE FARINHA

Através dessa casa de farinha na cidade de Pariconha, nos anos 60 os agricultores puderam produzir farinha numa escala grande (600 sacas por semana), o que fez com que essa produção se tornasse uma boa fonte de renda para os trabalhadores rurais.

Essa iniciativa se deu através da Cooperativa que conseguiu os recursos necessários (crédito rural) para a criação e manutenção do mesmo.

Com relação a Associação Comunitária dos Trabalhadores de Pariconha ela foi criada para auxiliar o trabalhador rural através de discussões acerca de assuntos que objetivassem melhorias para o mesmo. Na pauta havia dois pontos:

A compra de uma área para os agricultores plantarem:

A aquisição de um empréstimo através do Banco do Nordeste;

A associação comunitária dos trabalhadores rurais de Pariconha chegou a ter 980 associados, tendo inclusive pessoas de fora do estado.

A criação das centrais sindicais em Alagoas nasceu durante o período do governo João Goulart, quando o país atravessava um período de muita efervescência política. Em março de 1963, 11 federações fundaram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

A FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Alagoas), foi fundada no dia 10-12-1963, contando com a presença de 12 sindicatos, na qual seu reconhecimento só ocorreu no dia 19-03-1964.

Durante o período da ditadura, dirigentes sindicais foram afastados ou presos, por ordem dos militares. Porém a FETAG-AL continuou sua luta através de manifestações e mobilizações por todo o estado. A trajetória da FETAG e a CONTAG foi de muitas conquistas, nas quais deram direito as mulheres a participarem dos sindicatos, também sendo ouvidas. Também houve conquistas no setor da previdência, incluindo trabalhadores rurais na previdência¹².

Então foi através da Contag que José Correia e demais associados criaram o sindicato dos Trabalhadores rurais de Pariconha, inclusive nomeando delegados sindicais para participar das reuniões na CONTAG.

¹² www.FETAGAL.org.br

I CONGRESSO ESTADUAL DAS CLASSES TRABALHADORAS DE ALAGOAS

TESE: SINDICALISMO

1. RESSURGE O SINDICALISMO

A história recente do movimento sindical brasileiro tem como marco 1978, com a retomada das greves operárias deflagradas pela primeira vez desde 1968. Essas iniciativas trouxeram novo impulso ao movimento operário e sindical, e marcaram uma arrancada para a ação das entidades de trabalhadores, duramente reprimidas desde o golpe militar de 1964.

Neste mesmo período, o descontentamento contra o regime se manifestava entre estudantes, intelectuais, políticos. A grande campanha pela Anistia ganhava as ruas; manifestações de massas exigiam o estabelecimento das liberdades democráticas.

Cresceu, então, a importância do movimento sindical para o fortalecimento dessa luta que já empolgava grande parcela da sociedade. Os trabalhadores passaram a dar mais importância e atenção aos seus sindicatos, reclamavam das direções sindicais pelegas, foram tomando conhecimento de que as entidades são submetidas a uma estrutura sindical fascista, da época do Estado Novo de Vargas.

Os vícios que a estrutura sindical impõe aos trabalhadores dentro de suas entidades, são muitos e prejudicam a ação sindical de diversas formas. Os sindicatos são sujeitos a um estatuto-padrão ditado pelo Ministério do Trabalho. Não podem discutir política, porque isto lhes é proibido. São submetidos a um excessivo e autoritário controle burocrático e financeiro do governo. O Ministério do Trabalho tem o poder de intervir, cassar diretorias eleitas; e inclusive de dizer quem pode e quem não pode ser candidato a dirigente de uma ~~qual~~ entidade.

É, ainda, o sistema indireto de eleições para as Federações e Confederações, determinado pelas leis sindicais e as vezes superado, na prática, por algumas dessas entidades nacionais.

AVANÇOS E PROBLEMAS

O movimento sindical cresceu mais ainda a partir de 1980/81, quando as entidades de trabalhadores procuraram formas de unificar suas lutas. As grandes greves haviam conquistado, já em 1979, o estabelecimento, pelo governo, de uma política salarial, pela Lei 6708, que fixava os reajustes semestrais com base no INPC. As campanhas salariais ganhavam características novas de massas, e junto com elas intensificava-se as campanhas de sindicalização. As assembleias passaram a ter uma maior participação de trabalhadores; as categorias começavam a participar com mais entusiasmo dos processos eleitorais em suas entidades, para derrubar as direções que não assumiam com coragem a luta em sua defesa.

Multiplicaram-se as manifestações, atos públicos, passeatas e greves exigindo melhorias salariais e de condições de trabalho. Algumas dessas greves são históricas, como as dos metalúrgicos do ABC, dos canavieiros de Pernambuco, dos funcionários públicos de São Paulo e outros Estados. No campo, trabalhadores assalariados e posseiros deflagravam lutas que chegavam às greves (no caso dos assalariados) contra a exploração e desumanas condições de trabalho, e aos conflitos armados dos posseiros contra grileiros e empresas agro-pecuárias pela posse das terras.

Toda essa evolução do movimento operário e sindical aconteceu dentro de uma situação de duro arrocho salarial e também de grandes lutas do povo pela conquista de liberdades políticas.

Coloca-se então, como necessidade fundamental, a unidade dos sindi-

IMAGEM 5: CONGRESSO DAS CLASSES TRABALHADORAS EM ALAGOAS

A FORMAÇÃO DO SINDICATO E COOPERATIVA AGRÍCOLA EM PARICONHA (1967-1969)

A história do sindicato e a cooperativa de Pariconha passam pela história da Igreja católica. E no caso de Alagoas, através de um órgão chamado SORAL (Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas), que segundo Medeiros¹³ foi criado para promover o processo de sindicalização rural em Alagoas. Havia também, outros órgãos ligados à Igreja católica que apoiavam JAC, JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e MEB (Movimento de Educação de Base), que assumiam um posicionamento de esquerda e conscientizavam para que se articulassem e se posicionassem contra o sistema de exploração que estavam vivendo. A Igreja neste momento assumia um compromisso de consciência cultural, política e social, na qual não ficava restrito ao âmbito religioso¹⁴.

A Cooperativa Agropecuária de Pariconha, dentro das suas possibilidades cumpriu seu papel de ajudar os trabalhadores rurais, tanto na comercialização, quanto no ganho com produção, no qual passaram a vender sua produção em grandes centros comerciais, como Recife (PE). Neste período (década de 60), foi criada uma casa de farinha, na qual existe até os dias de hoje, e tinha o objetivo de produzir farinha para subsistência das famílias e também vender para compradores locais, inclusive na feira livre e nos depósitos comerciais da cidade de Pariconha¹⁵

No ano de 1960, no estado de Alagoas, havia mais de 1 milhão de alagoanos vivendo nos campos e trabalhando no corte de cana, o que implicava em exploração da mão de obra. Para reivindicar seus direitos, os trabalhadores rurais decidiram criar a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas) no dia 10 de dezembro de 1963, que contava nesta época com mais de 50 mil trabalhadores rurais cadastrados. Seu reconhecimento aconteceu no dia 19 de março de 1964, e mesmo sob forte repressão

¹³ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita, **Práticas Sociais e Imaginários político na Arquidiocese de Maceió (década de 1940 a 1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999, p. 84

¹⁴ LEITE, Amaro Hélio, **Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no alto sertão de Alagoas**, Maceió: EDUFAL, 2007, P. 130-131

¹⁵ DISIDÉRIO, ARNOM, entrevista citada

militar, sua história é marcada por lutas e conquistas, tendo como principal líder Rubens Colaço, que foi preso e torturado durante a depressão militar.¹⁶

Nos anos 50, surgiu um movimento que tinha o objetivo de lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais chamado Ligas Camponesa. Quando as Ligas Camponesas surgiram nos anos 50, segundo Jean Rodrigues Salles seu objetivo era meramente assistencialista na qual distribuíam urnas funerárias e prestavam auxílio médico a seus associados. As Ligas Camponesas surgiram no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, resultando na Sociedade de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. Neste local surgiu um conflito entre trabalhadores rurais e grandes proprietários, na qual sob a jurisdição do advogado Francisco Julião, deu parecer favorável aos trabalhadores rurais. Com a desapropriação do Engenho da Galileia a repartição de terras foi dividida entre os foreiros. A partir dos anos 60, sob a liderança de Francisco Julião, o objetivo da liga camponesa passou a ser lutar pela reforma agrária, mesmo que “fosse na marra”, segundo as palavras de seu fundador.

Segundo o depoimento de José Correia Presidente da cooperativa e do sindicato Rural, as Ligas Camponesas não tiveram uma grande influência na criação do sindicato na cidade de Pariconha, sendo que Francisco Julião havia marcado um encontro com José Correia na cidade de Pariconha com o objetivo de conhecer o sindicato, mas teve que desistir em meio a viagem por conta que a repressão estava em sua perseguição. A Igreja Católica também teve uma certa influência na criação do sindicato, quando o padre da Igreja Católica de Agua Branca, Monsenhor Sebastião incentivou os trabalhadores rurais a também formar um sindicato nesta localidade, a exemplo das ligas Camponesas que lutasse pelos seus direitos.

Zé Correia conta que houve um episódio em que no ano de 1967 o Nordeste estava passando por um período de seca muito forte, e o povo não tinha comida para se alimentar, além do que a Cooperativa estava sem grão em seu estoque. Mas ele sabia que a igreja estocava grandes quantidades de cereais em cumbucas, por isso ele chegou para o padre Monsenhor Sebastião e disse: “Padre, por que o senhor não dá cereal para povo? ”, então o padre disse: “O cereal é para o santo”. Por isso ele teve a seguinte ideia: combinou com algumas pessoas que no dia da missa iria distribuir alimentos para o povo, na qual

¹⁶ CORREIA, Josué, entrevista citada

foi prontamente atendido. Quando terminou a missa, e o padre olhou para o povo saindo sacos cheios de grão, quase

A AP chega a Pariconha com o propósito de montar uma estrutura de luta através do sindicato, na qual eles foram convidados por Aldo Arantes, que intermediou o encontro. Como eles eram considerados subversivos pela repressão tinham que viver e trabalhar na clandestinidade, e encontraram refúgio na cidade de Pariconha. A AP busca um modelo de guerrilha inspirado na revolução chinesa, aonde era possível formar as massas rurais para uma guerra popular, cercando a cidade pelos campos.

“(…). A gente precisava de técnicos e só encontrava os técnicos da AP. Ai, foi como eles chegaram aqui. Depois que eles entrosaram mais e viam que aqui era bom para o trabalho, ai chegaram mais. (…). Por que a gente tinha uma consciência, era companheiro da gente, estava sendo perseguido por aí afora e não tinha onde ficar. E aqui tinha mais segurança para eles. Só com uma condição: eles tinham que ir trabalhar na roça mais a gente, por que não tinha outro jeito de viver. De dia trabalhava e a noite estudava, mas tinha que ir para a roça.¹⁷”

Este depoimento de José Correia, nos ajuda a entender qual foi a importância dos membros da AP dentro do sindicato. Quanto à integração dos índios no movimento sindical devemos recuar um pouco no tempo (1870) para podermos entender seu contexto de luta e integração ao movimento. No ano de 1870 havia um coronel local que simbolizava o coronelismo da época, que batia e maltratava os índios, em especial os Geripankó, que tiveram que sair de suas terras no Brejo dos Padres (PE) até chegar à serra do Ouricuri, em Pariconha, também sofrendo maus tratos e exploração por parte de grandes proprietários de terras. A situação de exploração de terras fez com que

A resistência indígena na luta pelos seus direitos traz algumas ligações com a resistência camponesa, pois ambos, através de uma certa consciência de seus direitos, tendo ciência de sua situação de explorados buscam meios para se posicionarem contra seus opressores. A luta por terra é o principal foco da luta entre ambos, e isso vem desde a época da colonização, quando o império criou o documento: ” LEI DE TERRAS”, criada no dia

¹⁷ CORREIA, Entrevista citada

18 de setembro de 1850, e que foi inicialmente a primeira iniciativa de organizar a propriedade privada. Lei de número 601, e que ficou estabelecido que: só poderia ser adquirido por terras por compras, e venda de terra ou doação de estado. Não era permitido obter terra por doação. Essa lei foi promulgada por D. Pedro I. Isso resultou numa concentração de terras nas mãos de um grupo pequeno de pessoas, o que agravou a questão da reforma agrária¹⁸. Ao se proletarizar o índio passa a ter uma consciência de classe e passa a lutar por seus direitos, neste caso em especial, segundo Genésio Miranda, cacique da aldeia Geripankó, quando o Major Marques quis expulsar os índios do Ouricuri, o cacique Zé Carapina (antigo cacique) foi buscar seus direitos através do Barão de Agua Branca, que resolveu a situação. A partir daí o índio passa a fazer parte do sindicato encontrando pontos em comum com a luta dos trabalhadores rurais.

“os filhos do Major Marques começaram a jogar posseiros aqui dentro, vendendo a terra daqui... aí o Firmino Marques, filho do Major, vendeu essa terra aqui para uma família dos Pandé, ali dos Correndo. Era o Nicodemos Pandé”¹⁹.

Através deste depoimento podemos perceber que os índios sofriam com as perdas de terras há muito tempo, e somente através da imposição é que poderiam se articular em torno de um mecanismo de enfrentamento (sindicato). Então entraram em contato com as lideranças do sindicato e obtiveram apoio em sua luta.

Antes do golpe militar em 1964, os trabalhadores rurais conviviam com a expectativa de que a questão da reforma agrária iria realmente ser resolvida, principalmente quando João Goulart assumiu a presidência e prometeu como plano de governo, discursando na Central do Brasil, no Rio de Janeiro para um público de 100 mil pessoas, implantar a reforma de base (na qual iria resolver a questão da reforma agrária, desapropriando terras improdutivas e indenizando seus donos em longo prazo).

Com relação a questão da reforma agrária ela sempre foi um problema de difícil solução, pois mexe numa estrutura colonialista e escravista, na qual existem diferentes interesses. O problema fundiário vem desde os anos de 1530 (colonização), aonde o governo português tentou solucionar a situação criando as capitânicas hereditárias, na qual durou

¹⁸ FABRINI, REVISTA. Fct.unesp.br

¹⁹ PERIGOSO, Arlindo, entrevista citada

até 1821. Em 1822, com a independência do Brasil, a distribuição de terras acontece sem nenhum critério, ou seja, quem tinha mais poder aquisitivo, conseguia mais terras.

Em 1850, elabora-se a “LEI DA TERRA”, na qual a terra passa a ter um aspecto mais comercial e menos social, por que agora não poderia haver mais doações de terras. Então a partir dos anos 50, o governo passa a controlar todas as terras, tendo para si as terras consideradas improdutivas. Com o advento da industrialização, o governo passa a discutir o tema com a sociedade abertamente.

A partir deste momento, surgem as Ligas Camponesas para reivindicar o direito as terras, então o governo cria o SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), afim de criar meios para dialogar com os órgãos reivindicatórios. No dia 04 de novembro de 1966, o governo lança o primeiro plano nacional de reforma agrária, que infelizmente ficou só na teoria.

Em 1970 é criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsável pela questão da reforma agrária no Brasil. Com a redemocratização, a partir de 1984, o governo lança o Plano Nacional de Reforma Agrária, aonde o governo pretendia distribuir 43 milhões de hectares de terras para uma população de 1,4 milhão de famílias.

Em 2002 foi criado a partir do decreto 3338 o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), responsável pela política de reforma agrária no Brasil²⁰.

Porém com o golpe militar consolidado os direitos dos trabalhadores foram retirados, e conseqüentemente a questão da reforma agrária foi engavetada, fazendo com que os trabalhadores de um modo geral se articulassem e criassem mecanismos de reivindicação. A partir do golpe, governo passou a caçar e reprimir todo e qualquer tipo de manifestação por parte dos civis, inclusive criando decretos (AI-2, AI-3, AI-4, AI-5) para punir baseados na lei.

Em relação ao estado de Alagoas, ela sempre foi marcada por ser uma área de grande inquietação política, como exemplo podemos destacar um episódio em que por conta de uma votação de impeachment do até então governador Muniz Falcão no ano de 1957, ocorreu um tiroteio dentro da Assembleia Legislativa de Alagoas. Por conta deste episódio, o governo federal precisou intervir e nomeou um interventor federal no governo

²⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

de Alagoas, João Batista Tubino no ano de 1960. Logo após esse incidente, já no período pós-ditadura foi nomeado como governador de Alagoas, que também pertencia ao partido da Lamenha Filho, a ARENA, que apoiava os militares. Com o ato institucional número 2 foram extintos todos os partidos, restando apenas dois, ARENA (posição) e MDB (oposição)²¹.

Antes do golpe militar, foi marcado um comício no centro de Maceió por ocasião do apoio ao governo Jango e seu plano de reforma de base no dia 29 de março de 1964 (no dia anterior ao golpe). Esse comício seria na praça do Pirulito, em Maceió, contando com a presença de muita gente, inclusive do governador de Pernambuco, Miguel Arraes e Leonel Brizola. O governador de Alagoas Luís Cavalcante desautorizou o comício alegando possíveis brigas entre opositores e defensores do governo inclusive foram enviados um destacamento militar na fronteira entre Alagoas e Pernambuco, mas é claro que essa atitude se deu simplesmente pelo fato do governador Luís Cavalcante apoiar os militares.

Após o golpe militar, no dia 1 de abril de 1964 o governo como primeiro ato de represália mandou fechar o jornal: “Voz do povo” considerado um jornal de “esquerda” e por pertencer ao PCB, destruindo todo seu material de imprensa e prendendo seus colaboradores. Houve prisões e invasão ao sindicato dos petroleiros, em Maceió, que estavam em greve há 10 dias. Com essa represália o governo acreditava estar demonstrando sua força e punindo os revoltosos.

Para podermos entender o governo, desde sua posse, com a renúncia de Jânio Quadros, seu governo já enfrentava opositores ferrenhos que o consideravam comunista e subversivo por suas estreitas relações com países comunistas. Ao assumir o governo, o Congresso limitou seus poderes, instituindo no Brasil um sistema parlamentarista. Mas Jango conseguiu através de um plebiscito em 1963 que optou pelo regime presidencialista. Conseguiu recuperar seus poderes.

Como principal medida de governo, Jango fez um pronunciamento na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, defendendo sua reforma de base, que era uma bandeira empunhada desde o início de seu governo e que tencionavam o desenvolvimento do Brasil através reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional. Particularmente a proposta da reforma agrária era a mais polêmica, pois satisfatória a vontade de uma

²¹ CORREIA, José, entrevista citada

grande parcela da população (trabalhadores rurais), mas por outro lado desagradaria uma pequena parcela da população (latifundiários), que eram representados nas bancadas do Congresso Nacional. Os militares então conseguiram se articular para destituir Jango do cargo, para isso manipulou a mídia e a sociedade, fazendo-os acreditar que Jango não era preparado para o cargo, e mais, representaria uma ameaça à democracia do Brasil, podendo tornar o Brasil um país comunista.

Aproveitando-se de uma viagem de Jango a China, Ranieri Mazzili, presidente da câmara, decretou que o cargo estava vago, assumindo provisoriamente a presidência até ser escolhido um novo presidente para o Brasil, que no caso seria, Humberto Castelo Branco. O período em que os militares permaneceram no governo foram 21 anos ininterruptos, alterando-se entre cinco presidentes militares:

-Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967);

-Arthur da Costa e Silva (1967-1969);

-Emílio Garrastazu Médici (1969-1974);

-Ernesto Geisel (1974-1979);

-João Figueiredo (1979-1985);

Os trabalhadores rurais da cidade de Pariconha diante desta situação de repressão militar e cerceamento de seus direitos tiveram que se unir e criar mecanismos de combate aos militares, mesmo que para isso tivessem (e foi o caso) de viverem na clandestinidade, serem presos, torturados e humilhados, mas nunca desistiram de seus sonhos, mesmo diante de tantas dificuldades. Segundo Josué Correia, o sindicato cumpriu seus objetivos até um certo momento, a partir da década de 70, ela passou a ser meramente burocrática, sem atender aos interesses do povo, e estreitando relações com o governo

FAMÍLIA, PODER E CORONELISMO: OS TORRES E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM PARICONHA.

Para podermos entender o contexto do coronelismo, uma prática muito utilizada nos meios rurais e que serve de interesse para uma minoria que precisa se beneficiar de um pequeno grupo de trabalhadores rurais, nas quais prestam favores. Devemos primeiramente o conceito do mesmo, e por isso o autor Vitor Nunes Leal faz algumas ponderações a respeito do tema.

O coronel é quem comanda um considerável lote de terra, sob o prestígio de ter sido eleito sob a forma do voto de cabresto. Este exerce uma forte jurisdição, desempenhando o papel de juiz e prefeito da cidade na ausência do poder público, que prefere não se envolver pessoalmente nas questões da cidade propriamente falando. O governador dá total carta branca para os coronéis, em troca recebe apoio nas eleições. O pobre trabalhador rural, que vive numa situação de extrema pobreza enxerga no coronel a chance de resolver seus problemas das mais diversas formas, desde um emprego até um dinheiro emprestado.

O coronel se apoia em dois grandes pilares para consolidar sua posição:

- Uma falsa ilusão de poder;
- Submissão dos eleitores;

O autor deixa bem claro que essa situação acontece muito nas grandes fazendas, em meio a zona rural, na qual o coronel detém uma grande parcela de eleitores (apadrinhados e empregados). A eleição geralmente não tem transparência, fazendo com que o leitor vote numa cédula aberta e fazendo com que todos vejam seu voto. Eles eram facilmente identificáveis.

A autora Maria Isaura Pereira de Queiroz, diferentemente de Vitor Nunes Leal analisa o coronelismo de diversas formas, e não somente no aspecto político, ela inclusive analisa o coronelismo como sendo um fenômeno de “paternalismo diplomático”, em que se criam laços familiares em que o coronel consolida seu poder sobre um determinado território:

Antônio Candido representou a parentela brasileira sob a forma de círculos concêntricos: o núcleo seria formado pela família dos patriarcas (ou do coronel), seguindo-as vários círculos concêntricos com parentes agrupados. Acreditamos que o esquema geométrico mais adequado seja o da pirâmide truncada, formada internamente de camadas sociais sobrepostas, divididas entre si pelo dinheiro e pelo prestígio, pois mostra claramente a subordinação de uma camada sobre a outra²²

Com relação a cidade de Pariconha, ela sempre viveu sob o julgo da família Torres, que possuíam uma longa tradição política, e isso desde a época de 1870, quando a família

²² QUEIRÓZ, 1916, P. 189)

sandes adquiriu terras por meio de sesmaria e ajudou na fundação e formação da cidade de Agua Branca

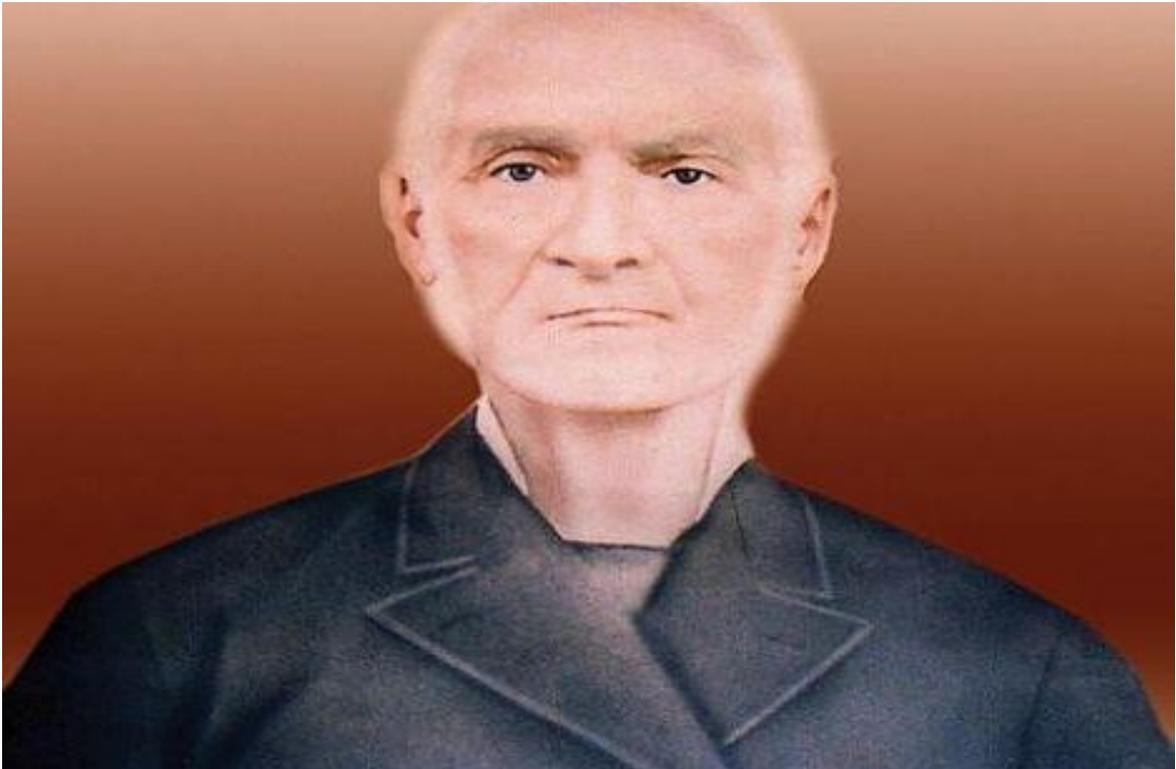


IMAGEM 7: BARÃO DE ÁGUA BRANCA

A participação da família Torres dentro da história de Agua Branca vem desde a época de Antônio Siqueira Torres, o Barão de Agua Branca, que foi um próspero empresário da agropecuária e do comércio na referida cidade. Também foi chefe da Guarda Nacional, e ganhou a comenda de Barão através do Papa Leão XIII e por D. Pedro I após gastar boa parte de sua fortuna na construção da Igreja Matriz de Agua Branca.

Nesta relação é possível analisar todos os ministros da agricultura, desde 1960 até 1967, sendo que alguns eram denominados interventores:

Antônio de Barros Carvalho —
Período: 06/06/1960 a 30/01/1961

Joaquim José Ignácio de Barros —
Período: 02/03/1961 a 21/04/1961

Ricardo Greenhalgh Barreto Filho —
Período: 29/08/1961 a 08/09/1961

Manoel Felizardo de Souza e Melo —
Período: 21/04/1962 a 24/05/1962

João Lins Vieira Cansação de Sinimbu —
Período: 30/05/1962 a 09/02/1963

Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho —

Período: 22/06/1963 a 06/04/1964

Arnaldo Lopes Sussekind —

Período: 06/04/1964 a
15/04/1964

Oscar Thompson Filho —

Período: 15/04/1964 a 16/06/1964

Hugo de Almeida Leme —

Período: 16/06/1964 a 19/09/1965

Ney Aminthas de Barros Braga —

Período: 19/11/1965 a 12/08/1966

Severo Fagundes Gomes —

Período: 12/08/1966 a 15/03/1967²³



IMAGEM 7: IGREJA MATRIZ DE ÁGUA BRANCA

Foi através da construção desta Igreja Matriz de Agua Branca, que o Barão ganhou a comenda do imperador D. Pedro I, por sua devoção a causa. Seu filho Luís Vieira de Siqueira Torres foi o primeiro filho a ingressar na política, sendo eleito deputado estadual, senador por diversos mandatos.

²³ www.agricultura.gov.br

José Fernandes Torres foi eleito vereador pela cidade Agua Branca nos anos 50 na qual se desentendeu com seu sogro, ocorrendo um forte tiroteio na cidade na qual ele fez parte, assassinado o sogro. Para não ser assassinado teve que fugir para a cidade de Rio Largo, e em 1954 foi preso, na qual saiu pouco tempo depois. No ano de 1955, após a derrota de seu candidato ao governo do estado de Alagoas, através de Divaldo Suruagy, José Fernando Torres voltou para Agua Branca aonde foi assassinado na varanda de sua casa.

Roberto Villar Torres teve seu mandato de prefeito no ano de 1961 até 1967 na cidade de Agua Branca, sendo eleito deputado estadual e posteriormente se tornou presidente do Tribunal de contas do estado de Alagoas (TCE). Lembrando que neste período, Alagoas passava por um período conturbado de ditadura militar, em especial na cidade de Par Iconha, aonde os sindicalistas manifestavam serem oposição ao prefeito. A família Torres ainda comandou por muito tempo a política de Alagoas em especial a cidade de Agua Branca e Pariconha²⁴.

Segundo o Cabo Cicero, a família Torres agia na cidade Pariconha de forma democrática, inclusive apoiando o movimento para o emancipatório, na qual o prefeito Roberto Torres se dizia favorável a emancipação de Pariconha, incentivando os moradores a fazerem um abaixo assinado no próprio cartório de Agua Branca, reiterando seu compromisso²⁵

José Correia e Josué analisavam a família Torres da seguinte maneira, a criação do sindicato e a cooperativa agrícola de Pariconha não eram bem vistos pela família, pois representava uma afronta aos negócios e ao poder dos Torres, características básicas do coronelismo conhecido. Arlindo perigoso cita que os Torres não queriam que Pariconha progredisse e que em muitos casos a família utilizava de meios violentos para manter seu mandonismo político na cidade. Inclusive na cidade de Pariconha, havia uma vasta área agricultável, muitas plantações de feijão, frutas e diversas verduras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao finalizarmos este trabalho procuramos responder algumas questões que norteiam esta pesquisa, sobre a criação do Sindicato e a Cooperativa Agropecuária de Pariconha, quais foram seus objetivos e desafios alcançados. Como os índios e os trabalhadores rurais

²⁴ HISTÓRIA DE ALAGOAS

²⁵ DISIDÉRIO, Nozinho, entrevista citada

encontraram pontos em comum na sua luta por direitos, o que fez com que a Igreja apoiasse a causa sindicalista. Também procuramos analisar o contexto da época (1961-1967), entre o pré golpe militar e o período da ditadura, como sendo um período de profunda efervescência política, tanto a nível regional (Alagoas), como no âmbito Federal (Brasil).

Também analisamos a questão do coronelismo, através da discussão do autor Vitor Nunes Leal, no seu livro: “coronelismo, enxada e voto”, e a autora Maria Isaura Queiroz no seu artigo sobre Reforma Agrária. A partir dessa discussão procuramos discutir sobre a família Torres, que representava o coronelismo da região, embora alguns entrevistados discordassem, o que é natural neste tipo de trabalho.

A reforma agrária também foi analisada e discutida para que pudéssemos entender uma das pautas de discussão dos sindicalistas e cooperativistas da cidade de Pariconha. A partir esta discussão analisamos o papel da Cooperativa Agropecuária de Pariconha e o sindicato da cidade de Pariconha, através de relatos de pessoas que fizeram parte destes órgãos.

Também analisamos a conjuntura do período militar, como se deu o golpe e quais foram suas causas e consequências em âmbito nacional e regional, e mais, como os sindicalistas se articularam e criaram mecanismos de frente contrária ao governo ditatorial. O que foi a AP (Ação Popular), como se integraram ao movimento sindical. Analisamos o papel das Ligas Camponesas e qual a sua influência sobre o movimento sindicalista na cidade de Pariconha.

Também abordamos a questão indígena em sua luta por terra, desde sua saída de Pernambuco até chegar a cidade Pariconha, sempre fugindo dos maus tratos e exploração dos mesmos, e mais, buscando formas de manter suas tradições através de resistência por parte da sua gente. A partir desta consciência de luta, é possível perceber que o Barão de Agua Branca reconhece e reafirma seu compromisso com a causa indígena.

Este trabalho analisa diversas fontes orais, contrastando ideias e analisando cada fato histórico pesquisado, não colocando um único fato como verdadeiro, mas sim, discutindo sobre o tema. Alguns eram favoráveis a ditadura por que acreditavam que o Brasil passava por um período de instabilidade política e social. Já outros, tinham pensamento contrário.

Ao final deste trabalho esperamos que mais pessoas tenham curiosidade em pesquisar sobre o movimento sindicalista e cooperativista na cidade de Pariconha, através da história de luta dessas pessoas. Além do que, foi interessante ouvir a história contada por quem fez parte dos opositores, justificando suas ações e atitudes.

Ao trabalharmos com memória, buscamos resgatar registros de pessoas que viveram situações de falta de liberdade, exploração de mão de obra, perda de terras, mas que nunca perderam o ideal de luta, e mais, busco retratar um período sombrio da nossa história (ditadura militar), mas que precisa ser melhor pesquisada para podermos compreender o contexto da época.

FONTES

ORAIS (através de entrevistas)

DOCUMENTAIS (através de documentos analisados)

BIBLIOGRÁFICAS (artigos e livros)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SALLES, Jean Rodrigues, **A LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR.** / Jean Rodrigues Salles- 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007;

ROLLEMBERG, Denise, **O APOIO DE CUBA A LUTA ARMADA NO BRASIL:** o treinamento guerrilheiro, Rio de Janeiro, MAUAD, 2001;

LEAL, Vitor Nunes, **CORONELISMO, ENXADA E VOTO:** o município e o regime representativo no Brasil/ Vitor Nunes Leal-3 ed.- Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997;

SILVA, Alexandre Gomes, **TERRA, LIBERDADE E DIREITOS:** os guerrilheiros da serra da Pajeú; 2018

SILVA, Amaro Hélio Leite, **SERRA DOS PERIGOSOS:** guerrilha e índio no alto sertão de Alagoas; Maceió, EDUFAL, 2007;

THOMPSON, E.P, **A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA**; Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987, p. 303-304;

BLOCH, Marc, **APOLOGIA DA HISTÓRIA OU o ofício do historiador**, Rio de Janeiro, Jorge Zahad, 2001;

RIDENTE, Marcelo, **CLASSES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO**; São Paulo: Cortez, 1994;

FERREIRA, Marieta de Moraes, **HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTÓRIA ORAL**, In: Topoi, Rio de Janeiro, 2001;